

São José do Barreiro, 24 de novembro de 2025.

OF.GP n.º 77/2025

Senhor Presidente,

Respeitosamente, vimos à presença de Vossa Excelência, a fim de encaminhar em anexo, MENSAGEM DE VETO PARCIAL, aposto ao Projeto de Lei Legislativo n.º 21, de 14 de outubro de 2025.

Apresentamos nesta oportunidade, votos de elevada estima e distinta consideração.



Luís Eduardo Santos Ribeiro

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

**Ver. DANIEL CORREIA BRAGA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de

São José do Barreiro - SP



## MENSAGEM DE VETO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de  
São José do Barreiro,  
Ínclitos Senhores Vereadores,

Nos termos do art. 49, §§1º e 2º e art. 62, inciso VI ambos da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de São José do Barreiro, cumpre comunicarlhes que decido **VETAR INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei Legislativo nº 21, de 14 de outubro de 2025, de autoria do Poder Legislativo, que **“INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO, O PROGRAMA “ESPORTE NAS FÉRIAS” E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO.”**

A União tem por poderes o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, que devem ser desenvolvidos de forma independente e harmônica, conforme dispõe o art. 2º da Constituição Federal de 1988. Da mesma forma ocorre nos Estados, Distrito Federal e Municípios, em virtude do princípio da simetria.

Para que os Poderes atualmente fossem exercidos de maneira harmoniosa e independente, ao longo da história da civilização foram travadas lutas contra o autoritarismo e arbitrariedades cometidas por diversos líderes estatais, até se chegar à atual conjuntura de limites entre os Poderes, constituindo como eficiente instrumento o sistema de freios e contrapesos.

A partir deste instrumento é que o Poder Executivo é legitimado para, por exemplo, vetar projetos de leis emanados do Poder Legislativo eivados de inconstitucionalidade ou qualquer outra ilegalidade, que possa comprometer a regularidade do Processo Legislativo ou a execução da norma regra.

Assim, após detalhada análise do proposto, decidi apor **VETO TOTAL**, por ausência de previsão legal, ao Projeto de Lei Legislativo nº 21, de 14 de outubro de 2025, de autoria do Poder Legislativo, que **“INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO, O PROGRAMA “ESPORTE NAS FÉRIAS” E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO.”** pelas razões abaixo expostas.

### I DAS RAZÕES DO VETO

1. O referido projeto estabelece em seu art. 1º, *in verbis*:

*Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de São José do Barreiro, o Programa “Esporte nas Férias”, que tem por finalidade promover a prática esportiva e desenvolvimento social*



*de crianças e adolescentes durante os períodos de recesso escolar.*

2. Ao passo que, os artigos 4º e 5º estabelecem, *in verbis*:

*Art. 4º. O Poder Executivo, poderá conforme disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, celebrar parcerias, convênios ou termos de cooperação com instituições públicas e privadas para apoiar a realização das ações previstas nesta Lei.*

*Art. 5º. A execução das atividades decorrentes desta Lei observará a legislação orçamentária e financeira vigente, sendo as despesas custeadas por dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.*

3. Conquanto a iniciativa esteja intimamente relacionada ao direito ao desporto, percebe-se que a instituição do programa pretendido pelo Poder Legislativo do município de São José do Barreiro gerará diversas despesas ao setores do Poder Executivo, notadamente à Secretaria Municipal de Educação e à Diretoria de Esportes, uma vez que para a execução da pretendida lei deverá o município providenciar dentre diversas medidas, **alimentação aos alunos durante o recesso escolar, merendeiras para produção dos alimentos, professores ou voluntários para execução das atividades, transporte dos alunos, horas extras de motoristas etc.**

4. Oportuno destacar, ainda, que, as despesas previstas para execução das atividades escolares e a organização do calendário letivo respeitam rigorosamente o estabelecido pela lei, de modo que, para instituição de outras atividades extracurriculares durante o recesso escolar deverá o Poder Executivo em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Diretoria de Esportes empregarem novos recursos para custeio dos serviços necessários ao fiel cumprimento da lei e que, atualmente, não são abrangidas pelo planejamento financeiro.

5. E ainda que durante o recesso escolar as escolas permaneçam com a parte administrativa em funcionamento – *não se confundindo com os períodos de férias* – a execução da presente lei gerará custos extraordinários ao Poder Executivo e importará em ingerência nas atribuições da Diretoria de Esportes e Secretaria Municipal de Educação.

6. Sobre o tema, prevê o art. 46, §3º da **Lei Orgânica do Município de São José do Barreiro**, *in verbis*:



*Art. 46. A iniciativa das leis acompanhado de mensagem justificativa, cabe a qualquer Vereador, à Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos eleitores do município.*

**§3º. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:**

*III – criação, estruturação e **atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes** e órgãos da Administração Pública Direta, autárquica ou fundacional;*

7. Conquanto o projeto não verse diretamente sobre atribuições da Secretaria Municipal de Educação e da Diretoria de Esportes, é certo que a instituição do programa imporá novo dever ao órgão do Poder Executivo, de modo que precisarão adotar medidas para instituição do programa, situação que importará em despesas e mudanças de calendários, situação que afronta o comando previsto na Lei Orgânica deste município.

8. Neste ponto que, respeitosamente, reside o vício de iniciativa do projeto, pois ainda que numa leitura perfunctória não se observe de imediato a ingerência na organização administrativa e geração de despesas, **é certo que a execução da norma atingirá diretamente a organização e imporá despesas aos órgãos do Poder Executivo.**

9. Não por outro motivo, a prática de atividades durante o recesso escolar ainda não possui previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, conforme dispõe o art. 12 da referida lei, sendo, contudo, a matéria objeto de debate junto à Câmara dos Deputados desde agosto de 2024.

10. A Constituição Federal, em seu art. 2º, consagra o princípio da separação dos poderes, cabendo a cada um deles exercer suas funções típicas.

**11. A iniciativa de leis que disponham sobre organização, estrutura e funcionamento da Administração Pública, programas governamentais e gestão orçamentária e financeira é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo,** conforme o disposto no artigo 24 da Constituição do Estado de São Paulo, *in verbis:*

*Artigo 25. Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos.*



12. Neste sentido, a jurisprudência dos diversos tribunais do país têm caminhado no sentido de que **usurpa a competência privativa do Chefe do Poder**



**Executivo lei que crie despesas para a Administração e interfira na estrutura, atribuição e no regime jurídicos dos servidores.**

13. Ainda, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o Poder Legislativo não pode criar programas, obrigações ou atribuições para o Poder Executivo, tampouco impor despesas, ainda que sob o pretexto de mera autorização.

14. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem reiteradamente declarado a inconstitucionalidade de leis municipais de iniciativa parlamentar que instituem programas, fundos, campanhas ou obrigações administrativas.

**É inconstitucional lei de iniciativa parlamentar que cria programa** ou impõe atribuições à Administração Pública, por violação ao princípio da separação dos poderes. (TJSP, ADI n.º 2247173-79.2021.8.26.0000, Rel. Des. Ferreira Rodrigues, j. 14/09/2022).

**a) Da criação de despesa e vinculação orçamentária;**

15. O projeto em análise, especificamente em seus artigos 4º e 5º determina que as despesas decorrentes de sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, e que o Poder Executivo regulamentará a lei (art. 6º).

16. Essas previsões configuram ingerência legislativa na esfera administrativa e orçamentária do Poder Executivo, pois instituem programa social com custos diretos e obrigações de execução, sem prévia estimativa de impacto financeiro (arts. 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n.º 101/2000), indo, portanto, de encontro à Lei Orgânica do município de São José de Barreiro e à Constituição do Estado de São Paulo.

**b) Da inconstitucionalidade formal e material e da violação à Lei Orgânica do município de São José do Barreiro.**

17. Assim, verifica-se inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa — uma vez que a criação de programa municipal com execução e regulamentação a cargo do Poder Executivo é de iniciativa exclusiva deste (art. 46, §3º, inciso II da LOM de SJB).

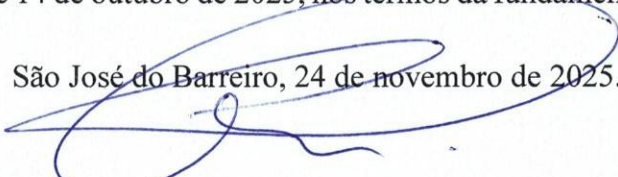
18. Há também inconstitucionalidade material, por afronta ao princípio da separação e harmonia entre os poderes (CF, art. 2º; CE/SP, art. 5º), à reserva de administração (CF, art. 61, § 1º, II, “e”), e por fim, aos arts. 15 a 17 da LRF, pela ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.



19. Por fim, o projeto padece de vício por violação à Lei Orgânica do município de São José do Barreiro, devido a criação de atribuições e deveres aos órgãos do Poder Executivo, consoante dispõe o art. 46, §3º, inciso II.

19. Deste modo, feitas essas considerações, o Poder Executivo entende que a instituição do programa está em desacordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, nas demais normas federais e, em especial, nas normas do município de São José do Barreiro, razões pelas quais **VETO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei Legislativo nº 21, de 14 de outubro de 2025, nos termos da fundamentação lançada acima.

São José do Barreiro, 24 de novembro de 2025.



**LUIS EDUARDO SANTOS RIBEIRO**  
Prefeito Municipal

**À Câmara Municipal de São José do Barreiro.**

**Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São José do Barreiro.**

**Ao Vereador Presidente Daniel Correa Braga.**